

01/12/2016 às 05h00

BC reduz Selic a 13,75% e monitora o PIB

Por Alex Ribeiro e Eduardo Campos | De Brasília



O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC promoveu nova redução da taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, de 14% para 13,75% ao ano, e voltou a sinalizar a possibilidade de intensificar a distensão monetária, dependendo do quanto o crescimento mais fraco da economia ajudar a baixar a inflação e da continuidade do ambiente de abundância de capitais para economias emergentes.

Houve uma reordenação nas condições indicadas pelo colegiado que norteiam o ritmo e tamanho do atual ciclo de baixa de juros, que até a reunião de outubro davam um peso maior à evolução da inflação de serviços e à implementação das reformas fiscais pelo Congresso Nacional.

Agora, o colegiado presidido por Ilan Goldfajn cita explicitamente que está de olho na evolução de suas próprias projeções de inflação e nas expectativas de mercado e de dois fatores de risco, um positivo e outro negativo, que podem influenciar o caminho do índice de preços à meta de 4,5% em 2017 e 2018.

Agora, o colegiado presidido por Ilan Goldfajn cita explicitamente que está de olho na evolução de suas próprias projeções de inflação e nas expectativas de mercado e de dois fatores de risco, um positivo e outro negativo, que podem influenciar o caminho do índice de preços à meta de 4,5% em 2017 e 2018.

Do lado positivo, destaca que "o ritmo de desinflação nas suas projeções pode se intensificar caso a recuperação da atividade econômica seja mais demorada e gradual que a antecipada". Ontem, o IBGE divulgou uma queda de 0,8% no Produto Interno Bruto no terceiro trimestre, e o Copom informou que reduziu suas projeções para a taxa de expansão da economia em 2016 e 2017.

Do lado dos riscos negativos, o colegiado destaca que, para de fato o PIB fraco baixar ainda mais a inflação, "depende de ambiente externo adequado". No comunicado, o Copom afirma que as incertezas sobre a implementação da política monetária nos Estados Unidos e a política econômica do presidente eleito Donald Trump podem por fim ao período de liquidez extraordinária para economias emergentes.

Esses não são, porém, os únicos riscos monitorados pelo colegiado. O BC aponta que persistem os sinais de pausa no processo de desinflação de alguns componentes do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, referindo-se aos serviços. Apesar de reconhecer que "os passos no processo de aprovação das reformas fiscais têm sido positivos até o momento", o colegiado pondera que "o processo de aprovação e implementação das reformas e ajustes necessários na economia é longo e envolve incertezas".

O comunicado também aponta que a convergência da inflação para a meta de 4,5% no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui os anos-calendário de 2017 e 2018, "é compatível com um processo gradual de flexibilização monetária". Até outubro, o BC falava em flexibilização "moderada e gradual". A discussão entre os analistas é se, de fato, isso significa que são maiores as chances de um corte de juros de 0,5 ponto percentual na reunião de janeiro, como se tornou consensual nas suas projeções.

A avaliação do BC sobre o quadro externo é a de que ele é "especialmente incerto". Para o BC, o aumento da volatilidade dos preços de ativos indica o possível fim do que chama "interregno benigno" para economias emergentes. "Há elevada probabilidade de retomada do processo de normalização das condições monetárias nos EUA no curto prazo e incertezas quanto ao rumo de sua política econômica", diz o comunicado.

No lado positivo do balanço de risco, o BC aponta também a inflação mais favorável no curto prazo, o que pode sinalizar menor persistência no processo inflacionário. É citado ainda o nível de ociosidade na economia, que pode produzir desinflação mais rápida do que a refletida nas projeções do Copom. Para o comitê, os primeiros passos no processo de ajustes necessários na economia foram positivos - sobretudo fiscal-, o que pode sinalizar aprovação e implementação mais céleres que o antecipado.

Na parte dedicada à atividade econômica doméstica, o Copom reconhece que o conjunto dos indicadores divulgados desde a reunião de outubro sugere desempenho aquém do esperado no curto prazo - e informa que isso induziu reduções das projeções para o PIB em 2016 e 2017. "A evidência disponível sinaliza que a retomada da atividade econômica pode ser mais demorada e gradual que a antecipada previamente", diz o BC.

A avaliação sobre a inflação é que o comportamento recente mostrou-se mais favorável que o esperado, em parte em decorrência de quedas de preços de alimentos, mas também com sinais de desinflação mais difundida.

No lado das expectativas, o BC aponta que as projeções de inflação apuradas pela pesquisa Focus recuaram para em torno de 4,9% para 2017, e mantiveram-se ao redor de 4,5% para 2018 e horizontes mais distantes.

O comunicado também mostra uma evolução positiva nas projeções de inflação. As projeções para a inflação de 2016, nos cenários de referência e mercado, recuaram e encontram-se em torno de 6,6%. As projeções para 2017, nos cenários de referência e mercado, situam-se em torno de 4,4% e 4,7%, respectivamente. Para 2018, as projeções encontram-se em torno de 3,6% e 4,6%, nos cenários de referência e mercado, respectivamente.

Em outubro, no cenário de referência, a projeção para 2017 tinha recuado para aproximadamente 4,3%, enquanto que a projeção para 2018 encontrava-se em torno de 3,9%. No cenário de mercado, a projeção para 2017 tinha ficado praticamente inalterada em torno de 4,9% e a projeção para 2018 tinha aumentado para aproximadamente 4,7%.